

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

**Comunidade Rural de Candela**

**Vs.**

**Federação da Clonalia**

= MEMORIAL DOS REPRESENTANTES DAS VÍTIMAS =

## Sumário

Abreviações.....	iii
Referências .....	vi
1. Documentos Legais.....	vi
1.1. Tratados e Convenções .....	vi
1.2. Declarações .....	vi
1.3. Outros instrumentos legais: .....	vii
2. Decisões Legais.....	viii
2.1. Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	viii
2.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos:.....	xi
2.3. Corte Europeia de Direitos Humanos: .....	xi
3. Doutrina .....	xi
I. DECLARAÇÃO DOS FATOS:.....	1
II. DA ADMISSIBILIDADE:.....	3
I.I. Não procedem as objeções preliminares à admissibilidade da demanda:.....	3
I.I.A. A Corte é competente <i>ratione materiae</i> para julgar violações a um meio ambiente sadio (art. 11 do PSS) e violações ao direito de asilo e refúgio (art. 22.7 da CADH): .....	4
I.I.B. A Corte é competente <i>ratione loci</i> para conhecer violações de direitos humanos perpetradas contra estrangeiros que se situam fora do território de Clonalia: .....	5
III. DO MÉRITO: .....	7
III.1. Ao não adotar uma política satisfatória de redução de emissão de GHGs, Clonalia violou o art. 11 do PSS, bem como o art. 26 da CADH: .....	7
III.2. As ações e omissões de Clonalia resultaram na violação do direito à propriedade (art. 21 da CADH) e do direito à integridade pessoal (art. 5 da CADH) dos membros da Comunidade Rural de Candela: .....	8
III.3. O tratamento conferido pela Clonalia aos refugiados ambientais viola o direito à integridade pessoal (artigo 5º da CADH), o direito à liberdade pessoal (artigo 7º da CADH) e o direito de circulação e de residência (artigo 22 da CADH):.....	100
III.3.a Direito à integridade pessoal dos refugiados ambientais.....	15
III.3.b Direito de circulação e de residência dos refugiados ambientais.....	18
III.4. O descumprimento dos mandamentos do devido processo legal por Clonalia viola o artigo 8º da CADH .....	21
III.5. O desrespeito ao direito de acesso à informação por Clonalia viola o artigo 13º da CADH.....	23
IV Pedidos .....	23



Abreviações:

<b>Clonalia/ Estado</b>	Federação da Clonalia
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>MEC</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>CNE</b>	Comitê Nacional de Especialistas
<b>Marsili</b>	República do Marsili
<b>G2C2</b>	Grupo de Mudanças Climáticas Globais
<b>GHG</b>	Gases de efeito estufa
<b>CCA</b>	ONG internacional Climate Change Action
<b>CIDH</b>	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
<b>Corte IDH</b>	Corte Interamericana de Direitos Humanos
<b>Corte EDH</b>	Corte Europeia de Direitos Humanos
<b>PSS</b>	Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”
<b>CADH/ Convenção</b>	Convenção Americana de Direitos Humanos

**Comunidade de Candela**

Comunidade rural de Candela

**Convenção de 1951**

Convenção sobre o Estatuto dos  
Refugiados 1951

**Protocolo de 1967**

Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos  
refugiados

**ACNUR**

Alto Comissariado das Nações Unidas  
para os Refugiados

**OC**

Opinião Consultiva

**OEA**

Organização dos Estados Americanos

**ONU**

Organização das Nações Unidas

**Pág. / págs.**

Página / páginas

## **Referências**

### **1. Documentos Legais**

#### **1.1. Tratados e Convenções**

- Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123.
- Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, Dez. 16, 1966, 6 I.L.M. 360, 365, 993 U.N.T.S. 3
- Convenção sobre os Direitos da Criança, Nov. 20, 1989, 28 I.L.M. 1448, 1577 U.N.T.S. 3
- Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”, Nov. 14, 1988, O.A.S.T.S. No. 69, 28 I.L.M. 156
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Set. 28, 2000, art. 37 2000 O.J. (C 364)
- Convenção sobre Diversidade Biológica, Dez. 29, 1993, 31 I.L.M. 818, 1760 U.N.T.S. 70
- Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), 31 I.L.M. 849 (1992)
- ONU, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificação e adesão pela Resolução 34/180, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979
- ONU (ACNUR), Convenção Relativa ao Estatuto de Refugiados de 1951 (alterada pelo Protocolo de 1967)
- Conselho de Europa, Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes, 1987
- ONU, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanas e Degradantes, adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10.12.1984
- ONU, Convenção da Organização da Unidade Africana, 1969
- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, U.N. ESCOR, U.N.

#### **1.2. Declarações**

- Doc. A/CONF.151/26 (Vol. I) (1992)
- Declaração de Santa Cruz de la Sierra, Dez. 7, 1996;
- OEA, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, 1948
- ONU (ACNUR), Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, 1994

- ONU (ACNUR), Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, 1984.

### **1.3. Outros instrumentos legais:**

- ONU, Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores (“Regras de Beijing”), adotadas pela resolução 40/33 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 28 de novembro de 1985.

- ONU, Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, Doc. das Nações Unidas n. [8] 43/173 de 9 de dezembro de 1988.

- ONU, Regras Mínimas para o Tratamento de Presos, adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social da ONU através da sua resolução 663 C I (XXIV), de 31 de julho de 1957, adotada pela resolução 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977.

- Corte Constitucional de Colômbia. Sentencia T-427 de 1998.

- ONU (ACNUR), Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, adotado pela Assembleia Geral em sua resolução 428 (V), de 14 de dezembro de 1950

- ONU. Conselho de Direitos Humanos – Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, Juan E. Méndez (A/HRC/22/53)

- Corte IDH. OC-18/03 Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados, de setembro de 2003

- Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 6: Tratamento dos menores desacompanhados e separados de sua família fora de seu país de origem

- Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 14: O Direito da Criança a que seu Interesse superior seja uma consideração primordial

- ONU, Comitê de Direitos Humanos, Comentário Geral nº 27, de 2 de novembro de 1999.

- Corte IDH. El Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal. Opinión Consultiva OC-16/99 del 1º de octubre de 1999.

- Corte IDH. Condición Jurídica e Direitos Humanos das Crianças. Parecer Consultivo OC-17/02 de 28 de agosto de 2002. Série A Nº 17

- Corte IDH. Opinión Consultiva OC-5/85 del 13 de noviembre de 1985, Serie A No. 5.

- Informe Anual de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Washington, d.c.: Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos, 1999

- OEA. Assembleia Geral. Observaciones y Recomendaciones AL Informa Anual de La Corte Interamericana de Derechos Humanos, AG/RES.2043 (XXXIV-O/04)

- Resolução 45/111, de 14 de dezembro de 1990, Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), Agenda 21: Programa de Ação pelo Desenvolvimento Sustentável, U.N. Doc. A/CONF.151/26 (1992)

## **2. Decisões Legais**

### **2.1. Corte Interamericana de Direitos Humanos**

- Corte IDH. Caso Castillo Petruzzi et al v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of September 4, 1998. Series C No. 41
- Corte IDH. Caso Castillo Petruzzi et al. v. Peru. Merits, Reparations and Costs. Judgment of May 30, 1999. Series C No. 52
- Corte IDH. Caso Velásquez Rodríguez v. Honduras. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 1
- Corte IDH. Caso Castillo Páez v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of January 30, 1996. Series C No. 24
- Corte IDH. Caso Loayza Tamayo v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of January 31, 1996. Series C No. 25
- Corte IDH. Caso Las Palmeras v. Colombia. Preliminary Objections. Judgment of February 4, 2000. Series C No. 67
- Corte IDH. Caso Bámaca Velásquez v. Guatemala. Merits. Judgment of November 25, 2000. Series C No. 70
- Corte IDH. Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni Community v. Nicaragua. Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2001. Series C No. 79
- Corte IDH. Caso Cantoral Benavides v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of September 3, 1998. Series C No. 40
- Corte IDH. Caso Loayza Tamayo v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of January 31, 1996. Series C No. 25
- Corte IDH. Caso Neira Alegría et al. v. Peru. Preliminary Objections. Judgment of December 11, 1991. Series C No. 13
- Corte IDH. Caso Gangaram Panday v. Suriname. Preliminary Objections. Judgment of December 4, 1991. Series C No. 12
- Corte IDH. Caso Fairén Garbí and Solís Corrales v. Honduras. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 2



- Corte IDH. Caso Godínez-Cruz v. Honduras. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 3
- Corte IDH. Caso Kawas Fernández v. Honduras. Merits, Reparations and Costs. Judgment of April 3, 2009. Series C No. 196
- Corte IDH. Caso Mayagna Community (Sumo) Awas Tingni. Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2001. Series C No. 79
- Corte IDH. Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125
- Corte IDH. Caso Sawhoyamaya Indigenous Community. Merits, Reparations and Costs, Judgment of March 29, 2006. Series C No. 146
- Corte IDH. Caso Saramaka People. v. Suriname. Preliminary Objections, Merits, Reparations, and Costs. Judgment of November 28, 2007. Series C No. 172
- Corte IDH. Caso Massacres of El Mozote and neighboring locations v. El Salvador. Merits, Reparations and Costs. Judgment of October 25, 2012. Series C No. 252
- Corte IDH. Caso Ivcher Bronstein v. Peru. Merits, Reparations and Costs. Judgment of February 6, 2001. Series C No. 74
- Corte IDH. Caso Furlan and Family v. Argentina. Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2012. Series C No. 246
- Corte IDH. Caso Barrios Family v. Venezuela. Merits, Reparations and Costs. Judgment of November 24, 2011. Series C No. 237
- Corte IDH. Caso “Five Pensioners” v. Peru. Merits, Reparations and Costs. Judgment of February 28, 2003. Series C No. 98
- Corte IDH. Caso Ituango Massacres v. Colombia. Preliminary Objection, Merits, Reparations and Costs. Judgment of July 1, 2006 Series C No. 148
- Corte IDH. Caso Moiwana Community v. Suriname. Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 15, 2005. Series C No. 124
- Corte IDH. Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2004. Serie C No. 110.
- Corte IDH. Caso 19 Comerciantes vs. Colombia, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de julio de 2004. Serie C No. 109
- Corte IDH. Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 25 de noviembre de 2003. Serie C No. 101

- Corte IDH Caso García Asto e Ramírez Rojas vs. Peru, Sentencia de 25 de noviembre de 2005. Serie C No. 137
- Corte IDH. Caso Raxcacó Reyes vs. Guatemala, Sentencia de 15 de septiembre de 2005. Serie C No. 133
- Corte IDH. Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala, Sentencia de 20 de junio de 2005. Serie C No. 126
- Corte IDH. Caso Suarez Rosero vs Ecuador. Fondo. Sentencia de 12 de noviembre de 1997. Serie C No. 35
- Corte IDH. Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Ecuador Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 21 de noviembre de 2007. Serie C No. 170
- Corte IDH. Caso Velez Loo vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2010 Serie C No. 218
- Corte IDH. Caso Tibi vs. Ecuador Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 7 de septiembre de 2004. Serie C No. 114
- Corte IDH. Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2004. Serie C No. 110
- Corte IDH. Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de noviembre de 2003. Serie C No. 103
- Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 7 de junio de 2003. Serie C No. 99
- Corte IDH. Caso Instituto de reeducação do menor vs. Paraguai. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112
- Corte IDH. Caso Caesar v. Trinidad e Tobago. Sentença de 11 de março 2005, série C No. 123
- Corte IDH. Caso de las Niñas Yean y Bosico V. República Dominicana. Sentença de 8 de setembro de 2005. Serie C No. 130
- Corte IDH. Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) V. Guatemala. Exceções Preliminares. Sentença de 11 de setembro de 1997. Serie C No. 32
- Corte IDH. Caso Bulacio v. Argentina. Sentença de 18 de setembro de 2003, série C No. 100
- Corte IDH, Caso de Haitianos y Dominicanos de origen haitiana em la republica dominicana, voto em separado do juiz a. A. Cançado trindade, de 18.8.2000
- Corte IDH Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C, N° 151.

- Corte IDH Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C, N° 219.

## **2.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos:**

- CIDH. Armando Alejandro Jr., Carlos Costa, Mario de la Peña, and Pablo Morales contra Cuba. Caso 11.589. Relatório N° 86/99 (1999).

- CIDH. Report on the Human Rights Situation in Ecuador, OEA/ Ser. L/V/II.96, Ch. VIII.

- CIDH. Maya Indigenous Communities of the Toletó District (Belize Maya). Case 12053. Report 40/04 (2004)

- CIDH. Caso 10.970 (Perú). Relatório 5/96 aprovado em 1º de março de 1996.

- CIDH. Luis Lizardo Cabrera v. Dominican Republic, Case 10.832, Report N° 35/96, OEA/Ser.L/V/II.95 Doc. 7 rev. at 821 (1997);

## **2.3. Corte Europeia de Direitos Humanos:**

- Corte EDH. Caso Loizidou v. Turkey (Preliminary Objections), no. 15318/89, 23 Março 1995

- Corte EDH. Caso Cyprus v. Turkey, no. 25781/94, 10 Maio 2001

- Corte EDH. Caso Al-Skeini and others v. The United Kingdom, no. 55721/07, 7 Julho 2011

- Corte EDH. Caso Issa and others v. Turkey, no. 31821/96, 30 Março 2005

- Corte EDH. Caso Al Saadoon and Mufdhi v. United Kingdom (Admissibility Decision), no. 61498/08, 30 Junho 2009

- Corte EDH. Case of Ireland v. the United Kingdom, no. 5310/71, judgment of 18 January 1978

- Corte EDH. Kudla v. Poland, no. 30210/96, judgement of 26 October 2000

- Corte EDH. Tyrer v. United Kingdom, no. 5856/72, judgment of 25 April 1978

- Corte EDH. Marckx case v. Belgium, no. 6833/74, judgment of 13 June 1979

- Corte EDH. Caso Peers vs. Grecia. Aplicação no. 28524/95 (2001)

- Corte EDH. Caso Gori vs. Albania. Aplicação no. 25336/04 (2009)

- Corte EDH, Affaire Guincho c. Portugal, no. 8990/80, judgment of 10 July 1984

## **3. Doutrina**

- PASQUALUCCI, Jo M. The Practice and Procedure of the Interamerican Court of Human Rights. Cambridge: Cambridge University Press. 2003

- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. *Rev. direito GV* vol.9 no.1 São Paulo Jan./June 2013.
- BARTOLE, Sergio; DE SENA, Pasquale; ZAGREBELSKY, Vladimiro. *Commentario breve alla Convenzione Europea dei Diritti dell'uomo*. Milano: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 2012
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: Symonides, Janusz (Org.). *Direitos Humanos: novas dimensões e desafios*. Brasília: Unesco Brasil/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) Fifth Assessment Synthesis Report, 2014
- GH, Brundtland, and World Commission on Environment and Development. *Our Common Future: Report of the World Commission On Environment and Development*. Oxford University, 1987, pag. 255.
- MADRID-MALO, Mario. Estudio sobre derechos fundamentales, cit.
- DIAZ, Omar Huertas. A Integridade pessoal e sua proteção efetiva perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: caso Wilson Gutiérrez Soler vs. A Colombia, v. 2 – n. 2 – jul./dez. 2007
- PEREZ ESCOBAR, Efraín. Derecho a la integridad personal: Manual de conductas violatorias. Defensoría del Pueblo. 2000.
- QUIROGA, Cecilia Medina. La Convención Americana: Vida, integridad personal, libertad personal, debido proceso y recurso judicial. Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho, Universidad de Chile. San José, Costa Rica, 2005
- OLEA, Helena. Los derechos humanos de las personas migrantes: respuestas del Sistema Interamericano. In: Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos y derechos de las poblaciones migrantes, mujeres, los pueblos indígeas y niños, niñas y adolescentes. San José: IIDH, 2004
- BARBOSA, Luciana Mendes. A construção da categoria de refugiados ambientais: uma análise pós-estruturalista do regime para refugiados das Nações Unidas. 1º Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP). São Paulo, 12 a 14 de Novembro de 2007.
- EL-HINNAWI, Essam. *Environmental Refugees*. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 1985

- IOM (International Organization for Migration) & UNFPA (United Nations Population Fund). International Dialogue on Migration no 10. Expert Seminar: Migration and the environment. IOM: Geneva, 2008
  
- JUBILUT, Liliana Lyra. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. Revista Direito GV v. 6, n. 1 (2010): jan.-jun.(11)
  
- REYES V, Alejandra. El derecho a la integridad, Bogotá, Defensoría del Pueblo, Red de Promotores de Derechos Humanos, 2001
  
- Naciones Unidas, —Promoción y Protección de todos los Derechos Humanos, Civiles, Políticos, Económicos, Sociales y Culturales, incluido el Derecho al Desarrollo, Grupo de Trabajo sobre la Detención Arbitraria, Informe del Grupo, A/HRC/10/21, 16 de febrero de 2009, § 67.

## **I. DECLARAÇÃO DOS FATOS:**

- 1) A República do Marsili é um país pequeno, de característica democrática e centralizada, tendo se tornado independente da Clonalia em 1967. Localiza-se no Oceano Pacífico e tem como principal ilha, Theodore, que congrega a maioria de sua população, 317.230, consoante os dados do censo de 1987, totalizando 83% da população, sendo ainda que 70% destes residem na cidade de Samantha, capital do país. O país comporta a menor altura acima do nível do mar, com pouco mais de dois metros de altitude máxima. A economia da República do Marsili se vincula, precipuamente, a turismo, pesca e agricultura e apresenta níveis elevados de extrema pobreza.
- 2) A Federação de Clonalia (doravante Clonália), república federativa e democrática, compreende 34 Estados e emite, atualmente, cerca de 18% dos gases de efeito estufa (GHGS) no mundo, sendo responsável por aproximadamente 21% das emissões históricas. Geograficamente, Clonalia é o país continental mais próximo de Marsili.
- 3) Em 1988, em atenção à mudança climática, o Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2) foi constituído pela ONU e produziu relatórios indicando que atividades antropogênicas propiciaram a referida mudança, implicando a subida do nível dos mares. Verificadas as pesquisas efetuadas, nasceu a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) em 1994, ratificada por Marsili e Clonalia, comprometendo-se a estabilizar a emissão de GHGS. Posteriormente, em 1999, Marsili ratificou o Protocolo de Kyoto, estando posicionada no anexo 1. Clonalia, contudo, não o fez sob o argumento de que apenas os maiores emissores históricos de GHGS se comprometeriam, especificamente, com a aludida redução.
- 4) Em 2009, na principal tentativa de alterar os rumos da política ambiental do país, cinco Estados da Federação e um grupo de cidadãos estruturado pela ONG Climate Change Action (CCA), propuseram uma demanda judicial em face do Ministério do Meio Ambiente de Clonalia, na qual sustentaram que a omissão deste quanto ao controle devido à emissão de gases de efeito estufa era prejudicial à saúde pública e ao bem-estar geral. A pretensão autoral foi julgada improcedente em

todas as instâncias por ser considerada de âmbito da política internacional e não do direito nacional. Fundamentou-se ainda nas alegações do Ministério de que a emissão de gases de efeito estufa não pressupõe prejuízo à saúde geral. Malsucedida a ação, Clonalia ainda iniciou, no mesmo ano da propositura, a exploração de grandes jazidas de petróleo.

5) Nesse ínterim, a ilha de Theodore perdeu, aproximadamente, 78 de seus 211 quilômetros quadrados de terra, ou seja, 27% do território nacional encontra-se abaixo do nível do mar. Os parques 120 Km<sup>2</sup> utilizados<sup>i</sup> para produção agrícola são incapazes de suprir a demanda, forçando a importação de 60% dos produtos agrícolas básicos. A já frágil economia de Marsili, em meio à crise ambiental, é ainda mais prejudicada, agravando os altos índices de pobreza. Como sintoma dessa crise, o censo de 2013 verificou a ocorrência de uma verdadeira diáspora. A população de Theodore reduziu-se pela metade; dentre os que ficaram, muitos vivem em acampamentos temporários que não possuem perspectiva alguma de deixarem de sê-lo. Nestes acampamentos a situação da efetivação de direitos é ainda mais grave, tendo Marsili recorrido, inclusive, a apelos internacionais à ONU pelo envio de intervenções mantenedoras da paz, tamanha a insegurança destas regiões.

6) Vendo o caos ambiental em seu ex-território e o aumento no número de imigrantes vindos de lá, Clonalia decidiu estipular a necessidade da solicitação de visto para o ingresso dos habitantes de Marsili em seu território. Em outubro de 2013, 23 famílias originárias da Comunidade de Candela que habitavam estes acampamentos se locomoveram, por intermédio de botes, até a Clonalia e, sem vistos, passaram a residir na Federação. Com fulcro na Lei 715 de 1989, a CCA peticionou pelo reconhecimento das famílias como refugiados ambientais. A fundamentação do pedido se associou à impossibilidade de Marsili de garantir a vida e a integridade de todos os seus habitantes, considerando a crise ambiental instaurada. A Clonalia ratificou a Convenção sobre a Situação de Refugiados, incorporada na legislação nacional pela Lei de Imigração.

7) O Ministério das Relações Exteriores não conheceu do requerimento postulado pela CCA e selecionou argumentos de acordo com os quais questões de migração não se coadunam a fatos

ambientais. Solicitou, ainda, a expulsão das famílias pelo início de um procedimento administrativo. Em 5 de março de 2014, o MRE requisitou a detenção das famílias. Metade delas foi capturada e presa, ao passo que as demais pessoas fugiram. Algumas, nesse diapasão, descolocaram-se até a Embaixada do Marsili, que as recepcionou. Nas famílias, havia crianças e idosos. Em 8 de março de 2014, a CCA interpôs o recurso de apelação, o qual foi negado.

8) Em decorrência da visibilidade que tomou o caso, um Comitê Nacional de Especialistas foi convocado pela Clonalia para a elaboração de uma proposta para resolver a questão que, quando entregue, foi classificada como sigilosa por tratar-se de questão de segurança nacional, limitando-se a informar que os argumentos relacionados corroboraram as decisões anteriores no que diz respeito à situação das famílias.

9) Em setembro de 2014, a CCA, diante da ineficácia do âmbito jurídico interno da Clonalia, acionou o sistema interamericano de direitos humanos, o que se consolidou por via da apresentação de petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, alegando violações aos direitos humanos das 23 famílias e dos habitantes da Ilha do Marsili que residiam em condições precárias devido à crise ambiental, em específico aos artigos 4, 5, 8, 21, 22, 22.7, 22.8, 25 e 26 da CADH e do artigo 11 do Protocolo de San Salvador, ambos ratificados pela Clonalia. A CCA solicitou medidas de precaução no tocante à comunidade rural de Candela, fornecidas pela CIDH.

10) Em 17 de dezembro de 2014, diante do insucesso das negociações, a CIDH decidiu levar o caso à apreciação da Corte IDH, para que avalie a violação dos direitos humanos contidos nos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e o artigo 11 do Protocolo de San Salvador. A CIDH declarou o caso admissível para a análise referente à violação dos artigos ora aduzidos, rejeitando objeção preliminar de falta de competência *ratione materiae* desta E. Corte. Espera-se obtenção de justiça diante das atitudes consignadas pela Clonalia.

## **II. DA ADMISSIBILIDADE:**

### **I.I. Não procedem as objeções preliminares à admissibilidade da demanda:**



11) Perante a Comissão, Clonalia suscitou duas objeções preliminares à jurisdição desta Corte, quais sejam: **a) exceção à competência *ratione materiae***, alegando que o art. 11 do Protocolo de San Salvador não é judicializável. Da mesma maneira, o Estado alega que a Corte IDH não possui jurisdição material para decidir sobre a concessão de asilo ou refúgio, matérias políticas internas. **b) exceção à competência *ratione loci*** por se tratar de ofensa a direitos ambientais de estrangeiros, situados, portanto, fora de sua “jurisdição”<sup>ii</sup>.

12) À luz do princípio do *Waiver* – a que esta Corte reiteradamente tem recorrido<sup>iii</sup> –, quaisquer outras exceções preliminares invocadas pelo Estado não podem ser contempladas. Clonalia **renunciou tacitamente** às demais objeções à admissibilidade da demanda, na medida em que não as alegou oportunamente perante a Comissão na etapa inicial do procedimento<sup>iv</sup>. O princípio tem sido, sobretudo, aplicado às objeções intempestivas de não esgotamento dos remédios judiciais e administrativos internos<sup>v</sup>, apropriadamente percorridos no caso em tela.

**L.I.a. A Corte é competente *ratione materiae* para julgar violações a um meio ambiente sadio (art. 11 do PSS) e violações ao direito de asilo e refúgio (art. 22.7 da CADH):**

13) A competência *ratione materiae* da Corte se estende a qualquer “caso relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção”<sup>vi</sup>, o que permite à Corte servir-se de disposições relevantes de tratados externos ao Sistema para interpretar o alcance dos direitos protegidos pela CADH<sup>vii</sup>, lembrando que “**tratados são instrumentos vivos** cuja interpretação deve adaptar-se à evolução dos tempos e especificamente às condições de vida atuais”<sup>viii</sup>.

14) Ainda que o art. 11 do Protocolo de San Salvador não seja capaz de, por si só, assegurar o direito a um meio ambiente sadio<sup>ix</sup>, avaliar sua obediência revela-se fundamental para apontar a extensão do desrespeito aos direitos consagrados na CADH, tais como o direito à integridade pessoal ou ao desenvolvimento progressivo. Apontar as inconsistências entre os parâmetros internacionais de comportamento e as ações e omissões de Clonalia em suas políticas ambientais é de suma

importância para estimar a dimensão da responsabilidade do Estado pela submersão do território de Marsili e de todas as afrontas aos direitos humanos que dela decorrem.

15) No que concerne ao direito de asilo e refúgio das 23 famílias que migraram para Clonalia, não resta a menor dúvida de que a Corte é competente para julgar o mérito da questão. Isso deriva da menção expressa ao direito de receber asilo em território estrangeiro, feita pelo art. 22.7 da CADH, segundo a qual ele deve ser apreciado em consonância com o entendimento da legislação de cada Estado e de outros documentos internacionais. O **art. 29 da CADH** corrobora essa previsão, na medida em que impede qualquer interpretação restritiva apta a “excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza”<sup>x</sup> Portanto, nada obsta que a Corte leve em consideração o marco legal estabelecido na Convenção sobre a Situação de Refugiados de 1959, no seu Protocolo Adicional de 1967 (ambos ratificados por Clonalia) e na Lei 715 de 1989 para ponderar sobre a efetivação do direito de asilo dos membros da comunidade de Candela.

**II.b. A Corte é competente *ratione loci* para conhecer violações de direitos humanos perpetradas contra estrangeiros que se situam fora do território de Clonalia:**

16) Clonalia ratificou a CADH, se comprometendo a assegurar “os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício **a toda pessoa** que esteja sujeita à sua **jurisdição**, sem discriminação alguma, por motivo (...) de qualquer outra natureza, **origem nacional** ou social (...)”<sup>xi</sup>. À semelhança da Convenção Europeia de Direitos Humanos, a Convenção obriga o Estado a assegurar os direitos nela contemplados **a todos àqueles que se encontram submetidos a sua jurisdição**.<sup>xii</sup> Destarte, não há razão para Clonalia relutar em respeitar os direitos humanos, sob o mero argumento de seus destinatários não serem seus nacionais ou mesmo de os efeitos alegados ocorrerem sob a jurisdição de outra nação.

17) Ainda no que tange a dicção do art. 1.1 da CADH, esta Corte, no presente caso, deve operar uma **interpretação extensiva do termo “jurisdição”**, de maneira a abarcar no seu significado

aqueles membros da comunidade de Candela que continuam a sofrer os efeitos do fenômeno do aquecimento global em Marsili. Ao apreciar casos de danos transfronteiriços (tal como ao que os peticionários foram acometidos), tanto a Corte EDH <sup>xiii</sup> quanto a CIDH<sup>xiv</sup> consolidaram orientação que reconhece amplamente a possibilidade de uma aplicação extraterritorial das suas Convenções<sup>xv</sup>, seja pelo **efetivo controle** ou pelo **domínio do fato**.

18) Nos **casos *Loizidou e Chipre***, a Corte EDH sustentou ter a Turquia jurisdição sobre determinada área de Chipre em que exercia **efetivo controle** ao longo de sua ocupação militar na ilha<sup>xvi</sup>, devendo responder pelos danos gerados por suas autoridades aos habitantes da região. A Corte esclareceu que a extensão da jurisdição da Turquia foi necessária para impedir um vazio normativo (“**vaccuum**”) no sistema de proteção dos direitos humanos<sup>xvii</sup>. Mais recentemente, **no caso *Al Saadoon e Mufdhi***, dois cidadãos iraquianos detidos em uma prisão inglesa no Iraque foram considerados pela Corte EDH, com fulcro também na teoria do controle efetivo, como dentro da jurisdição do Reino Unido<sup>xviii</sup>. Por sua feita, a CIDH, por conta do abatimento de um avião civil em espaço aéreo internacional, considerou que agentes do Estado de Cuba “exerceram poder e autoridade sobre pessoas que se encontravam fora do território nacional” e, em decorrência disso, “estavam obrigados a respeitar os direitos humanos da CADH extra territorialmente”<sup>xix</sup>.

19) Assim como Chipre perdeu a jurisdição sobre parte de seu território, Marsili perdeu a condição de tutelar apropriadamente o que resta de seu território. E não é necessária uma ligação bélica óbvia, como nos casos elencados, para apontar para Clonalia o domínio das violações perpetradas sobre a Comunidade Candela, seja pela discricionariedade de mitigar os efeitos de suas emissões de GHGs sobre seus vizinhos, seja pelo natural e previsível fluxo migratório que se estabelece entre Marsili – ex-território – e Clonalia – ex-metrópole e país continental mais próximo. Assim, foi criada uma situação idônea de efetivo controle de Clonalia sobre as 52 famílias de Candela, que passaram a não ter mais domínio sobre seu destino. Uma interpretação contrária, que

permitisse a Clonalia condicionar sua jurisdição com base apenas em seu território, neutralizaria o real propósito da Convenção, tornando sobremaneira restrita a incidência de suas garantias.

### **III. DO MÉRITO:**

#### **III.1. Ao não adotar uma política satisfatória de redução de emissão de GHGs, Clonalia violou o art. 11 do PSS, bem como o art. 26 da CADH:**

20) A incessante emissão de gases carbônicos, cujo maior contribuinte é Clonalia (responsável por 21% das emissões históricas de GHGs), de acordo com o último relatório do C2G2, produzem variações climáticas globais que causam danos irreparáveis ao meio ambiente<sup>xx</sup>. Conforme se infere do último relatório elaborado pelo G2C2, Clonalia é o país que mais colaborou para o avanço do fenômeno do aquecimento global. Visto apresentar as maiores emissões de GHG, tanto históricas quanto atuais, o Estado tem o dever internacional de assumir a responsabilidade pelos danos que o processo de mudança climática gerou e continua a gerar aos direitos humanos de Candela.

21) Ao promover um crescimento insustentável, assentado historicamente em queima de carvão e combustíveis fósseis, e ao omitir-se por completo em regular os níveis de emissão de seus gases carbônicos, Clonalia adota uma postura irresponsável, de total desprezo pela sociedade internacional e pelos documentos internacionais destinados a proteger o meio ambiente. Viola, portanto, negativa e positivamente os valores que norteiam a proteção dos direitos humanos.

22) Integra o marco protetivo dos direitos humanos nas Américas, através do art. 11 do Protocolo de San Salvador, a preservação e melhoramento de um meio ambiente sadio, sendo certo que ele é fundamental para a fruição de outros direitos estabelecidos na CADH, como o direito à vida digna e integridade física<sup>xxi</sup>, à propriedade<sup>xxii</sup> e aos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais<sup>xxiii</sup>. Disso decorre a natural índole costumeira do direito a um ambiente sadio, orientado por uma obrigação moral dos Estados de evitar atividades nocivas para o meio ambiente e de promover medidas positivas para a sua preservação. Quando lido conjuntamente ao art. 26 da CADH, afigura-

se, através do princípio do desenvolvimento progressivo, a obrigação de lograr a efetividade dos direitos econômicos e sociais, tais como de um ambiente sadio<sup>xxiv</sup> sem admitir inércia ou retrocessos.

23) A passividade do Estado em garantir por disposições legislativas ou de outra natureza o direito a um meio ambiente salutar representa, de igual maneira, clara afronta a este princípio. Ainda pior: ao empregar irrestritamente combustíveis fósseis, Clonalia, contrariando as recomendações dos documentos internacionais que ratificou, fomenta um projeto de crescimento econômico ecológica e humanamente irresponsável. Ressalta-se que o desenvolvimento econômico precisa levar em conta o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas<sup>xxv</sup>, valores que Clonalia desconsidera, optando por uma solução mercadológica inconsistente com o desenvolvimento sustentável e com os direitos humanos de toda a população mundial, que assume posição de refém diante dessa política anacrônica. Além do mais, o início de explorações de petróleo no país reafirma a continuidade da conduta irresponsável de Clonalia.

24) O vácuo legal em matéria ambiental reflete a ofensa ao dever do Estado de adotar disposições internas destinadas a conferir efetividade aos direitos garantidos pela CADH. Sintetizou a Corte sobre o art. 2º da CADH no caso Castillo Petruzzi: o Estado não só tem “o dever de eliminar todas as normas ou práticas que violem de alguma maneira as garantias da CADH, mas também a obrigação positiva de promulgar normas e práticas necessárias ao efetivo exercício dos direitos nela consagrados”<sup>xxvi</sup>. Portanto, só cumprem com os *standards* do art. 2 da CADH as disposições realmente efetivas<sup>xxvii</sup>.

### **III.2. As ações e omissões de Clonalia resultaram na violação do direito à propriedade (art. 21 da CADH) e do direito à integridade pessoal (art. 5 da CADH) dos membros da Comunidade Rural de Candela:**

25) As consequências do fenômeno da mudança climática assumem proporções dantescas quando se trata das ilhas de Marsili. Estima-se que a linha costeira de sua ilha principal – Theodore - reduziu-se em 16 quilômetros, e que aproximadamente 27% do território nacional e cerca de 38% das

praias está atualmente abaixo do nível do mar, com projeções de um cenário muito pior. Consta no relatório de 2014 do G2C2 que o país terá uma perda estimada de até 89% do seu território atual, com variações menores na percentagem entre as diversas ilhas. Segundo o G2C2, provavelmente, Marsili ficará totalmente submerso ao redor do ano de 2025.

26) A elevação do nível das águas dos mares causada pelas ações e omissões de Clonalia inundou por completo as terras da Comunidade Rural de Candela, privando-lhes do uso e gozo de sua casa e de seus meios de subsistência. Com a submersão de seu território, foram obrigados a abandonar as tradições do campo se refugiarem em acampamentos temporários miseráveis espalhados no subúrbio de Samantha. Aqueles que não imigraram e permaneceram em Marsili, enfrentam hoje um estado de pobreza em abrigos despidos de condições humanitárias mínimas.

27) Como esta Corte já visualizou no caso *Masacre Ituango* em relação à comunidade de El Aro<sup>xxviii</sup>, depreende-se das atividades cotidianas dos habitantes de Candela uma estreita relação entre eles e sua terra, dado que o principal meio de subsistência dessa população consistia no cultivo de seu solo, motivo pela qual o dano sofrido pelas famílias, que tiveram seu direito de propriedade violado, é de notória seriedade. Dessa forma, o desaparecimento das terras dos peticionários, além de constituir enormes danos de caráter econômico, representa a perda de todos os elementos sociais e simbólicos peculiares ao universal campestre, dizimando qualquer identidade coletiva que essas famílias compartilhavam mutuamente<sup>xxix</sup>. No caso, portanto, aplica-se o raciocínio utilizado pela Corte na hipótese de perda de terras pertencentes a comunidades rurais não indígenas: “a violação ao direito de propriedade privada ganha contornos de especial gravidade e magnitude, não só por conta da subtração de bens materiais, mas também de todas as mais básicas condições de existência e de todo referencial social daqueles que residiam nesses povoados”<sup>xxx</sup>.

28) Aplicando o art. 21 da CADH, esta Corte desenvolveu um conceito amplo de propriedade, que abarca o uso e gozo de bens definidos como coisas materiais apropriáveis, bem como todo direito que possa fazer parte do patrimônio de uma pessoa. O conceito compreende todos os móveis e

imóveis, elementos corpóreos e incorpóreos e qualquer outro objeto imaterial suscetível de valor<sup>xxxii</sup>. Dessa forma, conforme estipula a CADH, todos têm direito ao uso e gozo de sua propriedade. Tanto a Comissão<sup>xxxiii</sup>, quanto a Corte<sup>xxxiii</sup> já entenderam que o Estado está obrigado a adotar medidas negativas e positivas para tutelar esse direito.

29) Outrossim, as ações e omissões de Clonalia implicaram privação da integridade pessoal das vítimas, acarretando sofrimento e angustia morais e psíquicas aos membros da comunidade<sup>xxxiv</sup>, o que configura violação ao art. 5 da CADH. O vínculo existente entre a privação da propriedade e a violação à integridade pessoal foi contemplada no caso Moiwana, ocasião na qual a Corte concluiu que separar indígenas de terras a que são intimamente ligados “pode gerar danos emocionais, psíquicos, espirituais e econômicos”<sup>xxxv</sup>. Muito embora as vítimas não sejam rotuladas como indígenas ou tribais, o precedente é inteiramente aplicável ao presente caso, visto existir comprovada relação entre eles e a terra cujo desenvolvimento insustentável de Clonalia “afetou a existência, o valor, o uso e o gozo”<sup>xxxvi</sup> da comunidade rural de Candela.

**III.3. O tratamento conferido pela Clonalia aos refugiados ambientais viola o direito à integridade pessoal (artigo 5º da CADH), o direito à liberdade pessoal (artigo 7º da CADH) e o direito de circulação e de residência (artigo 22 da CADH).**

30) Em 5 de março de 2014, o Ministério das relações Exteriores (MRE), órgão responsável pelos assuntos internacionais e de imigração da Federação da Clonalia, ordenou a detenção das famílias de Candela, tendo o mandado incluído a prisão de crianças e idosos que até hoje permanecem presos sem ter tido qualquer audiência com autoridade judicial ou mesmo que sua petição inicial tenha sido conhecida. A Federação de Clonalia informa que as famílias permanecem sob custódia aguardando pela decisão desta E. Corte. *Data vênia, essa afirmação é apenas uma forma espúria de perpetuar uma violação que nem deveria ter sido instaurada.*

31) A arbitrariedade da prisão não nasce apenas da ausência de lei prévia ou de fato gerador. Conforme decisão prolatada por essa Corte, **não se admite que o poder Estatal possa ser exercido**

**sem limite algum** ou que o Estado se possa valer de qualquer procedimento para alcançar seus objetivos, *est modus in rebus*, **devendo sujeitar-se ao direito ou à moral**. Nenhuma atividade do Estado pode fundar-se sobre o desprezo à dignidade humana <sup>xxxvii</sup>. *In casu* é exatamente esta valorização maquiavélica do resultado esperado –a expulsão – que está embasando o encarceramento de famílias já vitimadas pelas mudanças climáticas e pela vulnerabilidade da migração do campo para a cidade estrangeira.

32) Em que pese a Federação alegar ser o MRE autoridade competente para realização dos mandados de prisão, suprimindo o direito à um julgamento, devemos lembrar que prevalece nas decisões da Corte o princípio *pro homine*, onde “***debe prevalecer la norma más favorable a la persona humana***”<sup>xxxviii</sup>, e, portanto, permanece o direito às famílias de serem devidamente julgadas, em um prazo razoável, até ser proferida sentença definitiva, o que não foi feito até o momento. Cabe ressaltar que, em nenhum momento, o MRE ouviu os familiares de Candela, desconhecendo, de igual modo, a petição interposta pelo CCA. A Corte reiterou que **a autoridade competente deve ouvir pessoalmente** o detido e avaliar todas as explicações que este lhe apresente, para decidir se cabe a liberação ou a manutenção da privação de liberdade.<sup>xxxix</sup> O contrário equivaleria a destituir de toda efetividade o controle judicial disposto no artigo 7.5 da Convenção, exatamente como o fez a Federação. Quando a legislação em si é violadora de direitos humanos, a Corte, no caso **Castillo Petruzzi y Otros vs. Peru**, informou a possibilidade de controle da legislação nacional, a fim de verificar sua adequação à Convenção, tendo **como intuito salvaguardar o direito à dignidade humana e, por conseguinte, à integridade e à liberdade**.<sup>xl</sup>

33) A integridade pessoal protege a integridade física e moral, a plenitude e a totalidade da harmonia corporal e espiritual do homem.<sup>xli</sup> No caso em escopo, o abalo existente diz respeito aos aspectos moral e psicológico. No que tange ao **aspecto psicológico** do ser humano, a integridade pessoal é “*entendida como a preservação total e sem menosprezo da psique de uma pessoa, (...)a vontade, etc*”<sup>xlii</sup>. Em seu **aspecto moral**, a integridade refere-se “*à capacidade e à autonomia do*



*indivíduo para manter, mudar e desenvolver seus valores pessoais. Qualquer tipo de atentado que humilhe e agrida moralmente uma pessoa*<sup>xliv</sup>. Segundo a Corte<sup>xlv</sup>, tanto o direito à vida, como o direito à integridade pessoal não somente implicam em que o Estado deve respeitá-los (**obrigação negativa**)<sup>xlv</sup>, mas, além disso, requer que o Estado adote todas as medidas apropriadas para garanti-los (**obrigação positiva**)<sup>xlvi</sup>, em cumprimento de seu dever geral estabelecido no artigo 1.1 da Convenção Americana. Insta salientar que a violação da integridade pessoal não propicia a *restitutio in integrum* do direito, porquanto **a integridade pessoal, uma vez violada, não se restabelece.**

34) A proteção à liberdade pessoal representa “*tanto a proteção da liberdade física dos indivíduos como a segurança pessoal, em um contexto em que a ausência de garantias pode resultar na subversão da regra de direito e na privação dos detidos às formas mínimas de proteção legal.*”<sup>xlvii</sup> De acordo com o disposto no artigo 7.5, ainda é assegurado que a condução seja realizada **de forma rápida**. Ressalta-se que a Corte julgou excessivo o prazo de 15 dias<sup>xlviii</sup>. No caso em escopo, os familiares detidos **não foram sequer conduzidos à presença do magistrado ou ouvidos pessoalmente pelo órgão competente.**

35) A Federação, segundo a Corte<sup>xlix</sup>, deveria ter se utilizado de medidas alternativas, menos restritivas, a fim de salvaguardar a dignidade dos familiares de Candela, e não agir com o intuito de puni-los, conforme foi feito, por tempo indeterminado, sob o leviano argumento de aguardar a decisão da Corte. Não resta dúvida que manter os detidos em escopo, de maneira ilegal, torna-os vulneráveis, instaurando **angústia** em aguardarem suas deportações, violando, pois, suas dignidades, consubstanciada ao direito à integridade pessoal. A Corte, no que diz respeito às pessoas ilegalmente detidas, assevera que *uma pessoa ilegalmente detida se encontra em uma situação agravada de vulnerabilidade, na qual é presente o risco de que OUTROS DIREITOS SEJAM VIOLADOS, COMO O DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA E A SER TRATADO COM DIGNIDADE*<sup>li</sup>, bem como outros direitos humanos além do direito à liberdade pessoal<sup>li</sup>. Em igual sentido, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos afirmou que: *o Estado deve assegurar que uma pessoa esteja detida em condições que sejam compatíveis com o*

*respeito à sua dignidade humana, que a maneira e o método de exercer a medida não lhe submeta a angústia (...).*<sup>lii</sup>

36) Imperioso lembrar que a prisão temporária ocorrera em um contexto, onde os detentos aguardavam o processo de deportação às suas terras, sentenciadas à eminente submersão. Com efeito, no caso dos **"Niños de la Calle" - Villagrán Morales y otros vs. Guatemala**, a Corte IDH estabeleceu dois elementos basilares para a identificação e definição da violação da dignidade humana, quais sejam as **condições de especial vulnerabilidade das pessoas** e o **contexto em que acontecem os fatos violadores**. As famílias de Candela, portanto, enquadram-se em ambos os elementos basilares retro mencionados, diante do contexto e de sua vulnerabilidade.

37) Outrossim, restou claro que os imigrantes ilegais, pedindo o status de refugiados, não foram mantidos em CELAS ESPECIFICAS aos mesmos, mas em **estabelecimentos temporários** destinados a pessoas condenadas ou acusadas de infrações penais, englobando os demais detentos da Federação o que, por si só, enseja violação do que preceitua a Corte. Senão vejamos, no caso ***"Instituto de reeducação do menor vs. Paraguai"*** a Corte condenou o Estado como violador ao artigo 5 da Convenção Americana por entender que ***"os internos do instituto processados sem sentença não estavam separados dos condenados e, portanto, todos os internos eram submetidos ao mesmo tratamento sem distinção alguma.(...) expondo-os a um clima de violência, insegurança, abusos, corrupção, desconfiança e promiscuidade, onde era imposta a lei dos mais fortes com todas as suas consequências."***<sup>liii</sup>

38) De igual modo, deve-se ressaltar que, dentre os deportandos, encontram-se de **CRIANÇAS E IDOSOS**, considerados internacionalmente como os mais vulneráveis.<sup>liv</sup> Neste sentido, deve-se levar em conta, também, segundo o Sistema Universal de Direitos Humanos, a índole do tratamento, o **propósito** e a severidade do mesmo, em cada caso concreto.<sup>lv</sup> No caso em escopo o propósito da Federação de Clonalia era a deportação dos familiares de Candela para suas moradas, já condenadas a submersão eminente. Por oportuno, no Sistema Interamericano de proteção e garantia, para

determinar se é um tipo de conduta ou outra deve ser analisado os efeitos físicos e psicológicos sobre cada pessoa e suas particularidades<sup>lvi</sup>.

39) Ainda que a Federação de Clonalia argumente que manteve as crianças próximas aos seus pais, por se tratarem de imigrantes ilegais pedindo o status de refugiados, deveriam tê-lo feito colocando-os em **celas especiais para deportandos**. Cabe ratificar que, em nenhum momento, restou claro que a Federação de Clonalia os separou dos demais detentos, apenas colocando-os em uma prisão temporária, que engloba os deportandos, bem como outros detentos em aguardo de serem julgados.

40) É de senso comum, entretanto, que **crianças e adolescentes necessitam de uma maior proteção do Estado e do Direito Internacional. A Corte manifestou em diversas sentenças a maior vulnerabilidade das crianças**.<sup>lvii</sup> Devemos lembrar que as crianças, bem como os adultos, possuem os direitos humanos que correspondem a todos, tendo, ainda, direitos especiais por sua condição.<sup>lviii</sup> Assim estabelece, outrossim, o artigo 19 da Convenção Americana. Esse dispositivo deve ser entendido como um direito adicional, em face da necessidade de proteção especial<sup>lix</sup>. Mantê-las em uma prisão temporária com outros detentos adultos viola o artigo 5.5, haja vista a necessária separação destes daqueles<sup>lx</sup>. Os idosos, de igual modo, não foram tratados como tal. Deveriam tê-los sido separados dos demais, bem como receberem um tratamento adequado para sua condição vulnerável. Conforme preleciona o artigo 17 do Protocolo de San Salvador, “*toda pessoa tem **direito à proteção especial na velhice***”. Todavia, sob nenhuma circunstância a Federação de Clonalia os considerou como vulneráveis, tampouco dignos de atenção especializada

41) Não há como negar que as famílias de Candela foram submetidas a um severo **sofrimento mental e psicológico**. De acordo com o que apregoa a Corte, **ato desumano e degradante** é todo aquele: “*que CAUSE SEVERO **SOFRIMENTO MENTAL OU PSICOLÓGICO** À PESSOA; SE É OBJETO DE HUMILHAÇÕES SEVERAS OU É COMPELIDO A ATUAR CONTRA SEUS DESEJOS OU SUA CONSCIÊNCIA*.<sup>lxi</sup>; *que CAUSA **GRAVES SOFRIMENTOS OU DANOS MENTAIS** ou físicos, ou CONSTITUI UM SÉRIO ATAQUE À*

**DIGNIDADE HUMANA**<sup>lxiii</sup>; *que gera um SENTIMENTO DE MEDO, ANSIEDADE E INFERIORIDADE COM O FIM DE HUMILHAR, DEGRADAR E DESTRUIR A RESISTÊNCIA FÍSICA E MORAL DA VÍTIMA.*”<sup>lxiii</sup> As famílias foram detidas de maneira ilegal, não foram submetidas a um julgamento e, por fim, aguardam suas deportações, em celas temporárias conjuntamente com outros detentos, para sua terra originária sem a menor perspectiva de vida, compelidas a atuarem **contrárias aos seus desejos**, gerando medo, **ansiedade** e, pois, **degradando suas resistências morais**. Um claro e evidente **ataque à dignidade humana** e, por conseguinte, à integridade pessoal.

### **III.3.a. Direito à integridade pessoal dos refugiados ambientais**

42) Além de muitos indivíduos serem crianças e idosos, as famílias rurais de candela são consideradas **REFUGIADAS AMBIENTAIS** e, portanto, encontram-se em situação de **MAIOR VULNERABILIDADE**. São aqueles que necessitam de maior proteção quando da ocorrência de crises ambientais causadas pela ação do homem por violar os direitos humanos, provocando catástrofes ambientais e, com isso, agravando a situação dos refugiados. A condição de não cidadão coloca as pessoas migrantes em uma situação de particular vulnerabilidade, facilitando a ocorrência de violações aos direitos humanos.<sup>lxiv</sup>

43) *À priori*, se faz mister entender o conceito de refugiado, sendo este importante sob vários aspectos. Os **CONCEITOS LEGAIS**, constantes na Convenção de 51 e no Protocolo de 67 (ambos incluídos na legislação nacional de Clonalia, mediante a Lei de Imigração de 2009) **são decisivos** para caracterizar as obrigações contratuais ou convencionais dos Estados que são signatários desses instrumentos, **embora sejam insuficientes**, visto que **SEU ALCANCE FICOU LIMITADO TEMPORALMENTE E PODERIA SER LIMITADO GEOGRAFICAMENTE**.<sup>lxv</sup> A Convenção de 51 também concede o direito ao ACNUR de verificar a aplicação de seus dispositivos e, com relação às pessoas que satisfaçam os critérios.

44) Todavia, a manutenção estática com as estruturas ortodoxas de referência limita os questionamentos e a busca por soluções de problemas que são cada vez mais comuns no Direito

Internacional.<sup>lxvi</sup> Cabe lembrar que o **Direito Internacional dos Direitos Humanos avançou muito por meio da interpretação evolutiva dos instrumentos internacionais de proteção.** Tal interpretação evolutiva é resultante das regras gerais de interpretação dos tratados consagrados na Convenção de Viena de 1969. Tanto esta Corte, no Parecer Consultivo sobre a Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1989)<sup>lxvii</sup>, como o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, nos casos *Tyer versus Reino Unido (1978)*<sup>lxviii</sup>, *Marckx versus Bélgica (1979)*<sup>lxix</sup>, *Loizidou versus Turquia (1995)*<sup>lxx</sup>, entre outros, afirmaram que **os tratados de direitos humanos são instrumentos vivos, cuja interpretação tem de acompanhar a evolução dos tempos e as condições de vida atuais.**

45) O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), por sua vez, define refugiados ambientais como as *“PESSOAS QUE FORAM OBRIGADAS A ABANDONAR temporária ou definitivamente A ZONA ONDE TRADICIONALMENTE VIVEM, devido ao visível DECLÍNIO DO AMBIENTE (por razões naturais ou humanas) perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entra em perigo.”* Nas percutientes lições de Essam El-Hinnawi, *“refugiados ambientais são definidos como aquelas pessoas forçadas a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, por causa de uma marcante perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida. Por “perturbação ambiental”, nessa definição, entendemos quaisquer mudanças físicas, químicas, e/ou biológicas no ecossistema (ou na base de recursos), que o tornem, temporária ou permanentemente, impróprio para sustentar a vida humana.”*<sup>lxxi</sup>

46) *Ex positis*, se observa um ATRIBUTO COMUM INTRÍNSECO AOS DIVERSOS CONCEITOS ATUAIS acerca dos refugiados ambientais, qual seja a existência do **indivíduo** que não consegue viver dignamente em seu habitat, diante da degradação do ambiente, sendo, pois, **obrigado**, por motivo de força maior (antecipando, evitando ou fugindo do pior) a rumar em direção a outro território, a fim de

**garantir sua integridade.** É exatamente o que trata o caso em escopo, **as famílias de Candela** se viram **obrigadas** a rumarem à Clonalia, **diante da eminente submersão de seu habitat.**

47) Insta salientar que a Convenção da Organização da Unidade Africana, instrumento que rege os aspectos específicos sobre os problemas dos refugiados da África, de 1969, bem como a Declaração de Cartagena sobre os refugiados, de 1984, que trata dos problemas dos refugiados na América Central, México e Panamá, **PREVEEM A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE REFUGIADO ESTABELECIDO NA CONVENÇÃO DE 1951/PROTOCOLO DE 1967<sup>lxxii</sup>**, adaptando-o à realidade de cada região. **A Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas (1994)**, por sua vez, **atualiza, reitera e amplia o âmbito de aplicação da Declaração de Cartagena.** Embora a Federação de Clonalia não seja signatária de tais tratados, se faz necessário e razoável, em prol da supremacia dos direitos humanos, que a Corte entenda cabível enquadrar as famílias de Candela como refugiados ambientais, concedendo-os amparo legal.

48) Ainda assim, se forem superados os conceitos acima trazidos, bem como o entendimento da necessidade de ampliação do conceito de refugiado, **o que definitivamente não se espera**, aplicando-se a ORTODOXA E ULTRAPASSADA delimitação trazida pela Convenção Relativa ao Estatuto de Refugiados de 1951, alterada pelo Protocolo de 1967, **deve-se ensejar proteção convencional o caso em que o agente perseguidor se vale da degradação ambiental como instrumento de perseguição.** Como bem elucida **Liliana Lyra Jubilut**, *“a razão da perseguição pode ser uma das previstas na Convenção de 1951, e a forma de perseguição é o dano ambiental; assim, trata-se de um refugiado. Nesse sentido, deve-se estabelecer o fundado temor de perseguição.”<sup>lxxiii</sup>* **A Federação de Clonalia** se enquadra como **agente perseguidor**, haja vista sua responsabilidade, como degradante ambiental no cenário global, em face da massiva emissão dos gases estufas, seu instrumento de perseguição, tornando, pois, **as famílias de Candela refugiadas ambientais.**

49) Cabe ressaltar que a COMUNIDADE RURAL DE CANDELA, localizada na área norte da ilha, onde são maiores os danos causados pela perda de território, **É QUEM VEM MAIS SOFRENDO COM A**

SITUAÇÃO AMBIENTAL ALARMANTE. Em 2012, uma comissão de especialistas em assuntos climáticos concluiu que **O DESAPARECIMENTO DO TERRITÓRIO INSULAR DO MARSILI É INEVITÁVEL** e, por esse motivo, tanto as autoridades nacionais como as estrangeiras devem começar a considerar QUE ESTE TERRITÓRIO **NÃO TEM CONDIÇÕES DE SER HABITADO** POR TODAS AS RAZÕES LEGAIS E POLÍTICAS. O próprio embaixador de Marsili se filiou à defesa das famílias, entendendo que elas, em Marsili, não possuem mais substratos terrestres para a subsistência. Portanto, **exigir que essas famílias refugiadas sejam deportadas de volta às suas residências**, que se encontram em estado de eminente submersão, **é violar**, da forma mais cruel, **o direito à integridade pessoal**.

50) É de suma importância lembrar QUE **DENTRE OS REFUGIADOS, ENCONTRAM-SE CRIANÇAS E IDOSOS**. Neste sentido, o Comitê dos Direitos da Criança ressaltou a NECESSIDADE DE QUE A DEFINIÇÃO DE REFUGIADO SEJA INTERPRETADA TAMBÉM À LUZ DA IDADE E DO GÊNERO.<sup>lxxiv</sup> Conforme o Parecer Consultivo OC-21/14, *“A Corte considera que é necessário que o Estado receptor da criança avalie (...) o interesse superior da criança em cada caso concreto,”*<sup>lxxv</sup>

51) Diante do que foi exposto, conclui-se que o tratamento fornecido pela Federação de Clonalia foi bem diverso do que preceitua a Corte. **O interesse superior**, em se tratando da vulnerabilidade das crianças, **não foi**, de igual modo, **respeitado**, em nenhum âmbito, seja ele administrativo ou judicial. No término da OC21/14, vê-se: *“no caso das crianças migrantes, (...) pelas condições especiais nas quais se encontram, a adoção de certas medidas específicas com o propósito de assegurar um acesso à justiça em condições de igualdade,(...) velar para QUE O INTERESSE SUPERIOR SE ERIJA EM UMA CONSIDERAÇÃO PRIMORDIAL EM TODAS AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS OU JUDICIAIS QUE SEJAM ADOTADAS.”*<sup>lxxvi</sup> **SOBRE ESTAS CONSIDERAÇÕES DEVEM SER FORMULADOS OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS NOS QUAIS SE RESOLVA SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS MIGRANTES**<sup>lxxvii</sup>, **OS QUAIS DEVEM SE AJUSTAR À SUA CONDIÇÃO, NECESSIDADES E DIREITOS.”**

### **III.3.b. Direito de circulação e de residência dos refugiados ambientais**

52) As famílias da Comunidade Rural de Candela se viram obrigadas a deixarem suas residências, em face dos eminentes riscos intrínsecos à sua região. Não mais existiam perspectivas de melhoras, de se viver dignamente e, portanto, rumaram à Federação de Clonalia. A privação do direito à circulação e residência em seu local de origem, diante dos riscos de submersão, fora substituída, minimamente, pela EXPECTATIVA de serem recebidos pelo Estado destinatário, tendo os mesmos direitos resguardados. Isso ocorre, pois há expectativa do dever da Federação de Clonalia em assegurá-los, com fundamento na convenção relativa ao estatuto dos refugiados, de 1951.<sup>lxxviii</sup>

53) No dia 18.8.2000, essa Corte proferiu decisão memorável no caso **Haitianos y Dominicanos de Origen Haitiana em la Republica Dominicana**<sup>lxxix</sup>, determinando a adoção de diversas medidas tutelares de direitos humanos pela República Dominicana contra a política de repatriação massiva de haitianos ou dominicanos de origem haitiana, sem observância de direitos mínimos necessários para realização de medidas desta natureza. Tal como a Republica Dominicana, a Federação de Clonalia agiu arbitrariamente com parcela dos familiares de Candela, prendendo-os em celas temporárias, englobando os demais presos da Federação, a fim de deportá-los às suas terras. Nesta decisão, veio o reconhecimento da Corte de que O PROBLEMA NÃO É EXCLUSIVO DOS ESTADOS ENVOLVIDOS, MAS UM PROBLEMA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL. **Cançado Trindade**, em seu voto, ressaltou que o direito de emigrar é corolário do direito à liberdade de movimento, entretanto, em lugar de políticas populacionais, os Estados exercem a função policial sancionando os migrantes ilegais, não surpreendendo que, por esse motivo, advenham inconsistências e arbitrariedades.

54) Por oportuno, insta salientar que as opiniões consultivas emitidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos são fontes jurisprudenciais de suma importância para a evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vale mencionar o exemplo do Caso LaGrand<sup>lxxx</sup> da Corte Internacional de Justiça, onde, embora omitindo a fonte utilizada, decidiu este feito com base nos enunciados da OC-16. Ressalta-se o papel de destaque concedido a **OC16** que, para **Cançado**



Trindade, é “uma das mais importantes – se não **a mais importante – de toda a história da Corte Interamericana**”<sup>lxxxix</sup>

55) A OC16/99, versa acerca do direito à comunicação sobre a possibilidade de recebimento de assistência consular, do qual SÃO TITULARES TODAS AS PESSOAS QUE FOREM DETIDAS EM UM PAÍS DIVERSO DO SEU PAÍS DE ORIGEM. Com a OC16/99 se deu o reconhecimento por parte da Corte da situação de ESPECIAL VULNERABILIDADE DOS IMIGRANTES, bem como da necessidade de se aplicarem mecanismos capazes de suprir essa circunstância, promovendo, pois, A IGUALDADE MATERIAL DESSAS PESSOAS COM RELAÇÃO AOS NACIONAIS.

56) Diante da detenção arbitrária de parcela das famílias de Candela, não foi possível a estes solicitar acesso à assistência que lhes é devida. Ainda, as pessoas estrangeiras privadas de liberdade num Estado membro da OEA devem ser informadas, sem demora, sobre seu direito à assistência consular.<sup>lxxxix</sup> Insta salientar **que as 8 famílias que conseguiram refugiar-se na Embaixada apenas o fizeram, pois receberam informações sobre os mandados de prisões pela imprensa, não pela Federação de Clonalia ou pelo MRE.**

57) Tão importante quanto a OC16/99 foi a **OC18/03**.<sup>lxxxiii</sup> Neste parecer, a Corte IDH fez uma articulação das obrigações de todos os Estados Americanos contidas no artigo 2 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, artigos 2 e 26 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e dos artigos 24 e 25 da CADH. Segundo a OC18/03 “*os direitos humanos não dependem da nacionalidade da pessoa, do território onde se encontre ou de seu status jurídico, porque os tem em si mesma. Sustentar o contrário seria o mesmo que negar a dignidade humana.*”

58) As famílias de Candela já haviam se instaurado no território da Federação de Clonalia e, por conseguinte, já realizavam suas tarefas ordinárias e cotidianas, incluindo os trabalhos temporários como vendedores ambulantes, serviços em restaurante, comércio, construção civil, entre outros. Com a OC18 os Estados passaram a ter obrigatoriedade de garantir os direitos trabalhistas por todos os trabalhadores imigrantes, INCLUSIVE AQUELES EM SITUAÇÃO IRREGULAR, respeitando-se, portanto,

os princípios da igualdade e da não discriminação, o que não foi realizado, de forma alguma, pela Federação de Clonalia.

59) Embora reconheça que os Estados têm a prerrogativa de decidir sobre suas políticas migratórias<sup>lxxxiv</sup>, a Corte afirmou que os objetivos das mesmas devem ser respeitar os direitos humanos<sup>lxxxv</sup>, coincidindo com o afirmado pelo Comitê de Direitos Humanos, em seu Comentário Geral nº 27,<sup>lxxxvi</sup> no sentido de que o direito de circulação é o “*direito de toda pessoa a se trasladar livremente de um local a outro e a se estabelecer livremente no local de sua escolha.*”<sup>lxxxvii</sup> Igualmente, o direito da pessoa a determinar o Estado de destino é parte da garantia jurídica.<sup>lxxxviii</sup> As famílias de Candela optaram pela Federação de Clonalia, por crerem que seriam tratadas dignamente, o que não ocorrera até o presente momento.

#### **III.4. Violação ao artigo 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos**

60) As garantias judiciais são interpretadas como instrumentos que norteiam o devido processo legal. Nesse diapasão, as garantias estipuladas no âmbito processual agregam direitos que devem ser respeitados para que o processo se desenvolva normalmente. Caso haja descumprimento das aludidas proteções, o Estado ensejador do mesmo precisa ser responsabilizado internacionalmente. No parecer consultivo OC 9- 87, conclui-se que o Artigo 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos consagrou o devido processo legal, o qual diz respeito a pressupostos essenciais, na ótica processual, com o escopo de proteção dos direitos das pessoas, enquanto partes da demanda.

61) Ressalta-se, ainda, a necessidade de respeito ao direito à igualdade entre estrangeiros e nacionais, tendo em vista que todos são possuidores de direitos humanos. O parecer consultivo 18/03- “Condição jurídica e direitos dos migrantes indocumentados” sustenta que “a condição migratória jamais pode servir para excluir as pessoas da proteção básica que lhes conceda o Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Ainda que estrangeiros, portanto, incorrem nas medidas de proteção básica proporcionadas pelo Direito Internacional. As 23 famílias, migrantes que se encontram em condições ilegais frente à legislação pátria de Clonalia, nesse cenário, se submetem às garantias judiciais

preconizadas no Artigo 8 da Convenção ora em análise, porquanto a Federação de Clonalia a ratificou.

62) Não somente os órgãos jurisdicionais devem se atentar ao cumprimento das garantias judiciais averiguadas no Artigo 8 da CADH, visto que, de acordo com a jurisprudência coletada desta Honorable Corte, abarca-se, também, o plano administrativo.<sup>lxxxix</sup> Frise-se, em virtude do exposto, que o MRE é um órgão administrativo. Todas as autoridades públicas precisam respeitar os direitos das pessoas na esfera judicial, porque, desse modo, configura-se possível assegurar as garantias judiciais presentes no Artigo em comento.<sup>xc</sup>

63) De acordo com o parecer consultivo 18/03, “O padrão de interpretação que se propõe não restringe o direito dos Estados de aplicar as penalidades correspondentes, tais como a deportação das pessoas que descumpram as disposições incluídas na legislação migratória ou que, de qualquer forma, violem as regras penais de direito interno. Apesar de um indivíduo poder ser deportado por encontrar-se de forma ilegal no território de um Estado, este último deve cumprir suas obrigações de respeitar os direitos fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos”.

64) Pela análise do parecer, percebe-se que a deportação requer a prática de atos sequenciais, os quais condicionam o cumprimento das garantias judiciais vislumbradas no Artigo 8 da CADH. Em um momento específico do processo de deportação, é função do Estado notificar os indivíduos e, a posteriori, efetuar a sua detenção. Contudo, verificou-se, no caso em julgamento, que as famílias foram informadas pela imprensa sobre a detenção que seria realizada. Tendo em vista, portanto, a ausência de comunicação entre as pessoas e o Estado, reputa-se descumprido o Artigo 8 da CADH. No grupo, havia crianças e idosos.

65) No que se refere à presença de crianças, cita-se que “as garantias judiciais estabelecidas no artigo 8 da Convenção são aplicáveis não somente no contexto de disputas entre adultos, mas também no momento de resolver disputas que envolvem meninos, meninas e adolescentes, bem como em relação aos processos ou procedimentos para a determinação de seus direitos ou situações. 180

Embora os direitos processuais e suas correlativas garantias sejam aplicáveis a todas as pessoas, no caso das crianças o exercício destes supõe, pelas condições especiais em que elas se encontram, a adoção de certas medidas específicas com o propósito de que gozem efetivamente destes direitos e garantias”<sup>xcí</sup>.

66) Se as famílias não foram informadas pela Federação de Clonalia acerca da deportação e, anteriormente, da detenção a que se submeteriam, o processo de deportação eivou-se de vício, motivo pelo qual assiste razão às famílias. Ao abordar a CADH, Mazzuoli assevera que “estão protegidos pela Convenção tanto os nacionais dos seus Estados-partes, como os estrangeiros e apátridas, residentes ou não em um desses Estados”<sup>xcii</sup>

### **III.5. Violação ao artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos**

67) A priori, cumpre destacar que o presidente da Federação de Clonalia nomeou um Comitê Nacional de Especialistas para apresentar uma proposta tocante a imigrações e degradação ambiental. No entanto, o seu conteúdo não foi divulgado, ao argumento de resguardar a segurança nacional. A ONG CCA mobilizou tentativas, como apelações, no intuito de obtenção de acesso ao material confeccionado pelo ente ora em exame, as quais restaram infrutíferas.

68) A Federação de Clonalia expôs, apenas, que as considerações elaboradas pelo Comitê em tela corroboraram as decisões anteriormente fornecidas pelos seus órgãos. Destarte, concretizou-se uma obstrução no que tange ao direito de toda pessoa em ser ouvido. Não houve, diante disso, a possibilidade de manifestação das 23 famílias acerca do conteúdo constituído pelo Comitê em questão. As pessoas afetadas, nesse sentido, não tiveram acesso ao documento no qual consta o parecer elaborado pelo CNE. O artigo 13 foi violado, porque ele defende a recepção de informações, por exemplo. A manifestação das famílias somente seria possível na ocasião em que obtivessem o conteúdo do relato. Contudo, a Federação de Clonalia, com base na segurança nacional, divulgou a concordância do CNE em face das decisões emitidas anteriormente por Clonalia, de modo que não concedeu vista às famílias interessadas.

69) No que tange ao acesso à informação, depreende-se que a discricionariedade opera cerceada por limites. O argumento instrumentalizado por Clonalia sobre a segurança nacional, não obstante regulado na legislação pátria, compromete o Artigo 13 da CADH e impossibilita a emissão de considerações das famílias em relação ao aduzido documento. É válida a concepção segundo a qual, em circunstâncias de informações sigilosas, cabe ao Estado a concessão da possibilidade de recurso perante um órgão independente.<sup>xciii</sup>

70) Nesse sentido, atos do Estado que comprometem a liberdade de expressão das 23 famílias não podem ser aceitos, vez que violam as disposições do Artigo 13 da CADH. O desconhecimento mediante o teor do documento desenvolvido pelo CNE implica a impossibilidade de argumentação contrária. Conforme é notado nos dados pesquisados pelo G2C2, a Federação de Clonalia emite boa parte dos gases de efeito estufa mundialmente. No caso de restrição ao acesso a informações, respaldada pela Convenção Americana, depreende-se o dever de fundamentar pelo Estado, visto que as pessoas devem ter conhecimento acerca dos motivos em virtude dos quais não podem perceber tais informações.<sup>xciv</sup>

71) O Tribunal Europeu de Direitos Humanos se manifestou no sentido de que “a liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições primordiais para seu progresso e para o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Esta liberdade não apenas deve-se garantir no que respeita à difusão de informação ou ideias que são favoravelmente recebidas ou consideradas como inofensivas ou indiferentes, mas também para aquelas que chocam, inquietam ou ofendem o Estado ou uma fração qualquer da população.”<sup>xcv</sup>

72) No caso Claude Reyes e outros vs. Chile, encontra-se a argumentação de que “o direito à liberdade de pensamento e de expressão contempla a proteção do direito de acesso à informação sob controle do Estado, o qual também contém de maneira clara as duas dimensões, individual e social, do direito à liberdade de pensamento e de expressão, as quais devem ser garantidas pelo Estado de forma simultânea”.<sup>xcvi</sup>. Assim sendo, reitera-se a importância de que o documento seja publicado e

cedido às famílias interessadas, porquanto elas, com fulcro nas garantias judiciais do Artigo 8 da CADH, têm os seus direitos em discussão e precisam de acesso ao parecer emitido pelo CNE, o qual pode cumprir função de esclarecimento.

#### **IV. Dos Pedidos**

73) Diante de todo o exposto os representantes das vítimas vêm respeitosamente requerer que esta honorável Corte declare que o Estado violou suas obrigações internacionais com relação aos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26, juntamente do artigo 1.1 e 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos e do artigo 11 do Protocolo de San Salvador. Desta forma, pede-se que a corte determine que a Federação de Clonalia:

1. Liberte e conceda visto permanente imediato a todas as famílias presas, em respeito a seu status de refugiados ambientais.
2. Pague indenizações justas pelos danos materiais e morais sofridos por todos os integrantes da comunidade de candela pela perda de suas terras, por sua marginalização, por sua detenção ilegal e por todas as outras ilegalidades a que foram submetidos.
3. Tome as medidas legais necessárias para garantir que o status de refugiado ambiental seja devidamente regulamentado, garantindo a efetividade plena da Convenção.
4. Tome as medidas legais necessárias para garantir que a emissão de Gases de Efeito Estufa seja devidamente regulada, de modo a cumprir com as obrigações internacionais assumidas pela Federação de Clonalia.
5. Reveja as leis e regulamentos locais para garantir os direitos humanos de todos aqueles que se dirigem à Federação de Clonalia, garantindo seu direito de ser ouvido por uma autoridade judicial independente, célere e efetiva.
6. Pague as custas e honorários advocatícios em que incorreram as vítimas em todos os procedimentos judiciais e administrativos.

- 
- <sup>i</sup> A parte rural restante não pode ser mobilizada para tal fim, na medida em que está sujeita a alagamentos permanentes e, dessa forma, recebe água salgada, responsável pela acidificação da terra.
- <sup>ii</sup> Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 1.1.
- <sup>iii</sup> Corte IDH. **Caso Castillo Petruzzi et al v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of September 4, 1998. Series C No. 41, § 56; Corte IDH. **Caso Velásquez Rodríguez v. Honduras**. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 1, § 88; Corte IDH. **Caso Castillo Páez v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of January 30, 1996. Series C No. 24, § 40; Corte IDH. **Caso Loayza Tamayo v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of January 31, 1996. Series C No. 25, § 40.
- <sup>iv</sup> Corte IDH. **Caso Castillo Petruzzi et al v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of September 4, 1998. Series C No. 41, § 56.
- <sup>v</sup> Corte IDH. **Caso Castillo Petruzzi et al v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of September 4, 1998. Series C No. 41, § 56.
- <sup>vi</sup> Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 62.3.
- <sup>vii</sup> Corte IDH. **Caso Las Palmeras v. Colombia**. Preliminary Objections. Judgment of February 4, 2000. Series C No. 67, § 34; Corte IDH. **Caso Bámaca Velásquez v. Guatemala**. Merits. Judgment of November 25, 2000. Series C No. 70, § 208-9; PASQUALUCCI, Jo M. *The Practice and Procedure of the Interamerican Court of Human Rights*. Cambridge: Cambridge University Press. 2003, pag. 92.
- <sup>viii</sup> Corte IDH. **Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni Community v. Nicaragua**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2001. Series C No. 79, § 146.
- <sup>ix</sup> MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. *Rev. direito GV* vol.9 no.1 São Paulo Jan./June 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322013000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322013000100008&script=sci_arttext). Data de acesso: 17/01/2015.
- <sup>x</sup> Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 29(d).
- <sup>xi</sup> Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 1.1.
- <sup>xii</sup> BARTOLE, Sergio; DE SENA, Pasquale; ZAGREBELSKY, Vladimiro. *Commentario breve alla Convenzione Europea dei Diritti dell'uomo*. Milano: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 2012, pag. 17.
- <sup>xiii</sup> Corte EDH. **Caso Loizidou v. Turkey** (Preliminary Objections), no. 15318/89, 23 Março 1995, § 63-4; Corte EDH. **Caso Cyprus v. Turkey**, no. 25781/94, 10 Maio 2001, § 77-8; Corte EDH. **Caso Al-Skeini and others v. The United Kingdom**, no. 55721/07, 7 Julho 2011, §130-42; Corte EDH. **Caso Issa and others v. Turkey**, no. 31821/96, 30 Março 2005, § 74; Corte EDH. **Caso Al Saadoon and Mufdhi v. United Kingdom** (Admissibility Decision), no. 61498/08, 30 Junho 2009, § 88.
- <sup>xiv</sup> CIDH. **Armando Alejandro Jr., Carlos Costa, Mario de la Peña, and Pablo Morales contra Cuba**. Caso 11.589. Relatório Nº 86/99 (1999), § 25.
- <sup>xv</sup> Afastando-se do conceito tradicional de jurisdição, a jurisprudência europeia passa entender o termo como uma situação genérica de controle de fato sobre um determinado território ou sobre apenas alguns indivíduos, por si só, considerados. Ver BARTOLE, Sergio; DE SENA, Pasquale; ZAGREBELSKY, Vladimiro. *Commentario breve alla Convenzione Europea dei Diritti dell'uomo*. Milano: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 2012, pag. 18.
- <sup>xvi</sup> Corte EDH. **Caso Loizidou v. Turkey** (Preliminary Objections), no. 15318/89, 23 Março 1995, § 63-4.
- <sup>xvii</sup> Corte EDH. **Caso Cyprus v. Turkey**, no. 25781/94, 10 Maio 2001, § 77-8.
- <sup>xviii</sup> Corte EDH. **Caso Al Saadoon and Mufdhi v. United Kingdom** (Admissibility Decision), no. 61498/08, 30 Junho 2009, § 88.
- <sup>xix</sup> CIDH. **Armando Alejandro Jr., Carlos Costa, Mario de la Peña, and Pablo Morales contra Cuba**. Caso 11.589. Relatório Nº 86/99 (1999), § 25.
- <sup>xx</sup> Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) Fifth Assessment Synthesis Report, 2014, SPM 1.3.
- <sup>xxi</sup> CIDH. Report on the Human Rights Situation in Ecuador, OEA/ Ser. L/V/II.96, Ch. VIII.
- <sup>xxii</sup> Corte IDH. **Caso Kawas Fernández v. Honduras**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of April 3, 2009. Series C No. 196, § 148; Corte IDH. **Caso Mayagna Community (Sumo) Awas Tingni**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2001. Series C No. 79, §§ 144, 149. Corte IDH. **Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125, §§ 131, 137 e 141; Corte IDH. **Caso Sawhoyamaya Indigenous Community**. Merits, Reparations and Costs, Judgment of March 29, 2006. Series C No. 146, §§ 118, 121 e 131; Corte IDH. **Caso Saramaka People v. Suriname**. Preliminary Objections, Merits, Reparations, and Costs. Judgment of November 28, 2007. Series C No. 172, §§ 121, 122, 123, 126, 128 e 146.

- xxiii **TRINDADE**, Antônio Augusto Cançado. Os direitos humanos e o meio ambiente. In: Symonides, Janusz (Org.). *Direitos Humanos: novas dimensões e desafios*. Brasília: Unesco Brasil/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. § 179-180.
- xxiv Corte IDH. **Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125, § 162.
- xxv GH, Brundtland, and World Commission on Environment and Development. *Our Common Future: Report of the World Commission On Environment and Development*. Oxford University, 1987, pag. 255.
- xxvi Corte IDH. **Caso Castillo Petruzzi et al. v. Peru**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of May 30, 1999. Series C No. 52, § 207.
- xxvii Corte IDH. **Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125, § 101.
- xxviii Corte IDH. **Caso Ituango Massacres v. Colombia**. Preliminary Objection, Merits, Reparations and Costs. Judgment of July 1, 2006 Series C No. 148, § 178.
- xxix Corte IDH. **Caso Massacres of El Mozote and neighboring locations v. El Salvador**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of October 25, 2012. Series C No. 252, § 180.
- xxx Corte IDH. **Caso Massacres of El Mozote and neighboring locations v. El Salvador**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of October 25, 2012. Series C No. 252, § 180.
- xxxi Corte IDH. **Caso Massacres of El Mozote and neighboring locations v. El Salvador**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of October 25, 2012. Series C No. 252, § 179; Corte IDH. **Caso Ivcher Bronstein v. Peru**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of February 6, 2001. Series C No. 74, § 122; Corte IDH. **Caso Furlan and Family v. Argentina**. Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2012. Series C No. 246, § 220; Corte IDH. **Caso Barrios Family v. Venezuela**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of November 24, 2011. Series C No. 237, § 148; Corte IDH. **Caso “Five Pensioners” v. Peru**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of February 28, 2003. Series C No. 98, § 102; Corte IDH. **Caso Sawhoyamaya Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of March 29, 2006. Series C No. 146, § 121; Corte IDH. **Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125, § 137.
- xxxii CIDH. **Maya Indigenous Communities of the Toledo District (Belize Maya). Caso 12053**. Relatório 40/04 (2004), §140/149-150.
- xxxiii Corte IDH. **Caso Saramaka People. v. Suriname**. Preliminary Objections, Merits, Reparations, and Costs. Judgment of November 28, 2007 Series C No. 172, § 85; Corte IDH. **Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni Community v. Nicaragua**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of August 31, 2001. Series C No. 79, §§ 148/149/151. Corte IDH. **Caso Yakye Axa Indigenous Community v. Paraguay**. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 17, 2005. Series C No. 125, §§ 124/131/135-7/154).
- xxxiv Corte IDH. **Caso Massacres of El Mozote and neighboring locations v. El Salvador** Merits, Reparations and Costs. Judgment of October 25, 2012. Series C No. 252, § 174.
- xxxv Corte IDH. **Caso Moiwana Community v. Suriname**. Preliminary Objections, Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 15, 2005. Series C No. 124, § 101-3.
- xxxvi CIDH. **Maya Indigenous Communities of the Toledo District (Belize Maya). Caso 12053**. Relatório 40/04 (2004), §140.
- xxxvii Corte IDH, **Velásquez Rodríguez vs. Honduras**, Fondo. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4 § 154.
- xxxviii Corte IDH, Opinión Consultiva OC-5/85 del 13 de noviembre de 1985; § 52. art. 29 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos; artigo 5.2 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; artigo 23 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra A mulher; artigo 41 da Convenção sobre Direitos da Criança; artigo 5 da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados; artigo 17 da Convenção Européia para a Prevenção da Tortura.
- xxxix Corte IDH, **Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 21 de noviembre de 2007. Serie C No. 170, § 85.
- xl Corte IDH, **Caso Castillo Petruzzi y otros vs. Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de mayo de 1999. Serie C No. 52 §89. Informe anual de la Corte interamericana de derechos humanos. Washington, d.c.: secretaria general de la organizacion de los estados americanos, 1999, §267
- xli **REYES V**, Alejandra. El derecho a la integridad, Bogotá, Defensoría del Pueblo, Red de Promotores de Derechos Humanos, 2001 § 17-19.
- xlii **DIAZ**, Omar Huertas. A Integridade pessoal e sua proteção efetiva perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: caso Wilson Gutiérrez Soler vs. A Colombia, v. 2 – n. 2 – § 05-51 – jul./dez. 2007
- xliii **PEREZ ESCOBAR**, Efraín. Derecho a la integridad personal: Manual de conductas violatorias. Defensoría del Pueblo. 2000.



<sup>xliv</sup> Corte IDH. **Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2004. Serie C No. 110, § 129. Corte IDH. **Caso 19 Comerciantes vs. Colombia**, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de julio de 2004. Serie C No. 109, § 153. Corte IDH. **Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 25 de noviembre de 2003. Serie C No. 101, § 153..

<sup>xliv</sup> Corte IDH **Caso García Asto e Ramírez Rojas vs. Peru**, Sentencia de 25 de noviembre de 2005. Serie C No. 137§ 221, **Caso Raxcacó Reyes vs. Guatemala**, Sentencia de 15 de septiembre de 2005. Serie C No. 133§ 95 e **Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala**, Sentencia de 20 de junio de 2005. Serie C No. 126, §118. Nesse mesmo sentido: Nações Unidas, Princípios Básicos para o Tratamento de Prisioneiros, adotados e proclamados pela Assembleia Geral em sua Resolução 45/111, de 14 de dezembro de 1990, Princípio 1.

<sup>xlvi</sup> Corte Constitucional de Colombia. **Sentencia T-427 de 1998**.

<sup>xlvi</sup> Corte IDH, **caso Bámaca Velasquez vs. Guatemala**. Fondo. Sentencia de 25 de noviembre de 2000. Serie C No. 70, §116.

<sup>xlvi</sup> Corte IDH, **Caso Castillo Petruzzi y otros vs. Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de mayo de 1999. Serie C No. 52, § 110; Informe Anual de la Corte interamericana de derechos humanos. Washington, d.c.: secretaria general de la organizacion de los estados americanos, 1999, §267

<sup>xlvi</sup> Corte IDH. **Caso Velez Loor vs. Panamá**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2010 Serie C No. 218, § 171: **la detención de personas por incumplimiento de las leyes migratorias nunca debe ser con fines punitivos.” (...) es esencial que los Estados dispongan de un catálogo de medidas alternativas(...)**”

<sup>i</sup> Corte IDH, **Caso Tibi vs. Ecuador** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 7 de septiembre de 2004. Serie C No. 114, § 147; **Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru**, sentença de 8 de julho de 2004, § 108.

<sup>li</sup> Corte IDH, **Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2004. Serie C No. 110, § 108, **Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de noviembre de 2003. Serie C No. 103, § 87; e **Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras** Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 7 de junio de 2003. Serie C No. 99, § 96. Em igual sentido, Corte EDH., **Case of Ireland v. the United Kingdom** judgment of 18 January 1978, § 167.

<sup>lii</sup> Corte EDH **Kudla v. Poland**, judgement of 26 October 2000, §93-94.

<sup>lii</sup> Corte IDH. **Caso Instituto de reeducação do menor vs. Paraguai**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112, §169;

Nesse mesmo sentido, regras Mínimas para o Tratamento de Presos adotadas pelo primeiro Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente, realizado em Genebra em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social em suas resoluções 663C (XXIV) de 31 de julho de 1957 e 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977, 85. 1), e Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão adotado pela Assembleia Geral em sua Resolução 43/173, 9 de dezembro de 1988, Princípio 8. - **“os processados devem ficar separados dos condenados e ser submetidos a um tratamento adequado à sua condição.”**

<sup>liv</sup> Mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados. - OPAS/OMS Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde

<sup>lv</sup> A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanas e Degradantes é, em todos os casos, um critério válido de interpretação ou de utilização diante dos Estados Parte dele, para definir o que significa especificamente tortura.

<sup>lvi</sup> CIDH. **Luis Lizardo Cabrera v. Dominican Republic, Case 10.832**, Report N° 35/96, OEA/Ser.L/V/II.95 Doc. 7 rev. at 821 (1997); Compilación de jurisprudencia y doctrina nacional e internacional, v I. Escritório do Alto Comissionado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Bogotá,2001.

<sup>lvii</sup>Corte IDH. **Caso de las Niñas Yean y Bosico V. República Dominicana**. Sentença de 8 de setembro de 2005. Serie C No. 130; e Corte IDH. **Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) V. Guatemala**. Exceções Preliminares. Sentença de 11 de setembro de 1997. Serie C No. 32.

<sup>lviii</sup> Condição Jurídica e Direitos Humanos das Crianças. Corte IDH, Parecer Consultivo OC-17/02 de 28 de agosto de 2002. Série A N° 17, § 54.

<sup>lix</sup> Condição Jurídica e Direitos Humanos das Crianças, § 54; e Corte IDH, **Caso Irmãos Gómez Paquiyauri vs. Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2004. Serie C No. 110, § 164.

<sup>lx</sup> Corte IDH. **Caso Bulacio v. Argentina**. Sentença de 18 de setembro de 2003, série C No. 100, § 136: “para salvaguardar os direitos dos menores detidos, ESPECIALMENTE SEU DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL, é indispensável que lhes separe dos detidos adultos”.

<sup>lxi</sup> Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso 10.970 (Perú). Relatório 5/96 aprovado em 1º de março de 1996.

<sup>lxii</sup> Corte IDH. **Caso Caesar v. Trinidad e Tobago**. Sentença de 11 de março 2005, série C No. 123, § 68

<sup>lxiii</sup> Corte IDH. **Caso Castillo Petruzzi y otros vs Peru**, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de mayo de 1999. Serie C No. 52, § 196, informe anual de la Corte interamericana de derechos humanos. Washington, d.c.: secretaria general de la organizacion de los estados americanos, 1999, § 291-292

<sup>lxiv</sup> **OLEA**, Helena. Los derechos humanos de las personas migrantes: respuestas del Sistema Interamericano. In: Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos y derechos de las poblaciones migrantes, mujeres, los pueblos indígenas y niños, niñas y adolescentes. San José: IIDH, 2004, § 12

<sup>lxv</sup> **ACNUR - Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**, 1996b, § 6.

<sup>lxvi</sup> **BARBOSA**, Luciana Mendes. A construção da categoria de refugiados ambientais: uma análise pós-estruturalista do regime para refugiados das Nações Unidas. 1º Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP). São Paulo, 12 a 14 de Novembro de 2007.

<sup>lxvii</sup> Em relação à Declaração Americana, a Corte declarou que a modo de interpretação autorizada, os Estados membros entenderam que [esta] contém e define aqueles direitos humanos essenciais aos que a Carta [da organização] se refere, de maneira que não se pode interpretar e aplicar [esta última] em matéria de direitos humanos sem integrar as normas nela pertinentes com as correspondentes disposições da Declaração. A Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no marco do artigo 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Parecer Consultivo OC-10/89 de 14 de julho de 1989. Série A Nº 10; § 43). Desta maneira, a Corte reconheceu que a Declaração constitui uma fonte de obrigações internacionais para os estados de nossa região, as quais também podem ser interpretadas no marco da evolução do “direito americano” nesta matéria.

<sup>lxviii</sup> Corte EDH, **Tyrer v. United Kingdom**, judgment of 25 April 1978, págs. 15-16, § 31.

<sup>lxix</sup> Corte EDH, **Marcx case**, judgment of 13 June 1979, pág. 19, § 41.

<sup>lxx</sup> Corte EDH, **Loizidou v. Turkey** (Preliminary Objections), judgment of 23 March 1995, pág. 26, § 71.

<sup>lxxi</sup> **EL-HINNAWI**, Essam. Environmental Refugees. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 1985, § 04-05. **No mesmo sentido**, **Jodi L. Jacobson**, quando do artigo elaborado para o Worldwatch Institute, em 1988, onde se consideram refugiados ambientais “aquelas pessoas temporariamente deslocadas devido a perturbações ambientais locais, como avalanches ou terremotos; aqueles que migram por causa da degradação ambiental que tem prejudicado a sua subsistência ou apresenta riscos inaceitáveis para a saúde.” E **Norman Myers**, constata que os “Refugiados ambientais são pessoas que já não conseguem ter uma vida segura em sua terra natal por causa de fatores ambientais de âmbito incomum, (...) especialmente o aquecimento global. (...) Diante dos problemas ambientais, pessoas envolvidas sentem que não tem alternativa senão a de buscar o sustento em outro lugar, dentro dos seus países ou em outros países, numa base semipermanente ou permanente.” A **Organização Internacional para Migração (OIM)**, em parceria com o **Fundo de População das Nações Unidas** (UNFPA, sigla em inglês), propôs uma definição, a fim de permitir a utilização pelo Direito Internacional, onde os “Migrantes ambientalmente motivados são caracterizados como aqueles que SE ANTECIPAM AO PIOR, saindo antes do resultado da degradação ambiental na devastação de suas vidas e comunidades. Migrantes ambientalmente forçados são definidos como aqueles que EVITAM O PIOR. Essas pessoas têm que sair devido a uma perda de meios de subsistência e seu deslocamento é essencialmente permanente. Refugiados ambientais são descritos como refugiados de desastres ou aqueles que ESTÃO FUGINDO DO PIOR. Essas pessoas muitas vezes fogem devastação imediata, não só dos meios de subsistência, mas de vida. Migrantes ambientais são pessoas ou grupos de pessoas que, por motivos imperiosos de mudança súbita ou progressiva no ambiente que afetam negativamente a vida ou as condições de vida, são OBRIGADOS a deixar sua residência habitual”

<sup>lxxii</sup> Nesses dois diplomas, consideram-se também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países (de origem, nacionalidade ou local de residência habitual) porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas em razão de violência generalizada, agressão (ocupação ou dominação) estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias/acontecimentos que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

<sup>lxxiii</sup> **JUBILUT**, Liliana Lyra. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. Revista Direito GV,

<sup>lxxiv</sup> Cf. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 6: Tratamento dos menores desacompanhados e separados de sua família fora de seu país de origem, § 59.

<sup>lxxv</sup> Cf. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 6: Tratamento dos menores desacompanhados e separados de sua família fora de seu país de origem, §§ 31, 47 e 48.

<sup>lxxvi</sup> Cf. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 14: O Direito da Criança a que seu Interesse superior seja uma consideração primordial (artigo 3, §1), § 14.b).

<sup>lxxvii</sup> Cf. Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança, § 94

<sup>lxxviii</sup> Preambulo da convenção relativa ao estatuto dos refugiados, 1951: “o principio de que os seres humanos, sem distinção, devem gozar dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”

<sup>lxxix</sup> Corte IDH, **Caso de Haitianos y Dominicanos de origen haitiana em la republica dominicana**, voto em separado do juiz a. A. Cançado trindade, de 18.8.2000

<sup>lxxx</sup> A Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu uma sentença no Caso LaGrand (Alemanha contra Estados Unidos) tendo em vista a rejeição dos Estados Unidos em aderir à Convenção de Viena sobre Relações Consulares com respeito a dois cidadãos alemães que foram julgados e condenados em 1984 por delitos puníveis com pena capital nos Estados Unidos - <http://www.cidh.org/annualrep/2002port/EstadosUnidos.11753a.htm>

<sup>lxxxi</sup> Corte Interamericana de Derechos Humanos. El Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal. Opinión Consultiva OC-16/99 del 1º de octubre de 1999.

<sup>lxxxii</sup> Princípio V dos Princípios e Boas práticas para a proteção das pessoas privadas de liberdade nas américas, aprovada pela comissão Interamericana de Derechos Humanos, em março de 2008.

<sup>lxxxiii</sup> Este parecer foi tão relevante que foi reconhecido pela Assembléa Geral da OEA nas Recomendações e Observações ao Informe Anual da Corte Interamericana de Derechos Humanos: **OEA. Assemblée Geral. Observaciones y Recomendaciones AL Informa Anual de La Corte Interamericana de Derechos Humanos, AG/RES.2043 (XXXIV-O/04)**, assim como pela Comissão de Derechos Humanos das Nações Unidas em sua resolução 2005/47: **NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado para Derechos Humanos. Human Rights of Migrants, 2005**.

<sup>lxxxiv</sup> NA OC18, a Corte IDH definiu as políticas migratórias como: todo acto, medida u omisión institucional (leyes, decretos, resoluciones, directrices, actos administrativos, etc...) que versa sobre la entrada, salida o permanência de población nacional o extranjera dentro de su território.

<sup>lxxxv</sup> CORTE IDH OC-18/03 Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados, de setembro de 2003, § 168.

<sup>lxxxvi</sup> Cf. ONU, Comitê de Derechos Humanos, Comentário Geral nº 27, de 2 de novembro de 1999.

<sup>lxxxvii</sup> Cf. ONU, Comitê de Derechos Humanos, Comentário geral nº 27, § 5.

<sup>lxxxviii</sup> Cf. ONU, Comitê de Derechos Humanos, Comentário geral nº 27, § 8.

<sup>lxxxix</sup> Corte IDH. Caso do **Tribunal Constitucional Vs. Peru**. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 31 de janeiro de 2001. Série C Nº 71, par. 71; Corte IDH. Caso **Escher e outros Vs. Brasil**. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 6 de julho de 2009. Série C Nº 200. par. 208; Corte IDH. Caso **Claude Reyes e outros Vs. Chile**. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C Nº 151, par. 119.

<sup>xc</sup> Corte IDH. Caso do Tribunal Constitucional Vs. Peru. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 31 de janeiro de 2001. Série C Nº 71, par. 71; Corte IDH. Caso Baena Ricardo e outros Vs. Panamá. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 2 de fevereiro de 2001. Série C Nº 72, par. 127. Corte IDH. Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs Paraguai. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 29 de março de 2006. Série C Nº 146, par. 82; Corte IDH. Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C Nº 125, pars. 62.

<sup>xci</sup> Condição Jurídica e Derechos Humanos das Crianças. Parecer Consultivo OC-17/02 de 28 de agosto de 2002. Série A Nº 17, pars. 95 e 98.

<sup>xcii</sup> MAZUOLLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 5 ed. Editora Revista dos Tribunais. 1104 p.

<sup>xciii</sup> Declaração Conjunta do Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Liberdade de Opinião e Expressão, do Representante para a Liberdade dos Meios de Comunicação da Organização para Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), e do Relator Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão (2004). Disponível em: [http://www.oas.org/es/cidh/expresion/documentos\\_basicos/declaraciones.asp](http://www.oas.org/es/cidh/expresion/documentos_basicos/declaraciones.asp).

<sup>xciv</sup> Corte IDH Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C, Nº 151, § 77; Corte IDH Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C, Nº 219. § 230.

<sup>xcv</sup> Corte IDH. Caso Irmãos Gómez Paquiyauri. Sentença de 8 de julho de 2004. Série C Nº 110, par. 113.

<sup>xcvi</sup> Corte IDH. Caso López Álvarez. Sentença de 1º de fevereiro de 2006. Série C Nº 141, par. 163; Corte IDH. Caso Ricardo Canese. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C Nº 111, par. 80; Corte IDH. Caso Herrera Ulloa. Sentença de 2 de julho de 2004. Série C Nº 107, pars. 108-111.